

**AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO  
EXTERNO DE LICITAÇÕES DO SENADO FEDERAL**

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

*Pregão Eletrônico n.º 90032/2024*

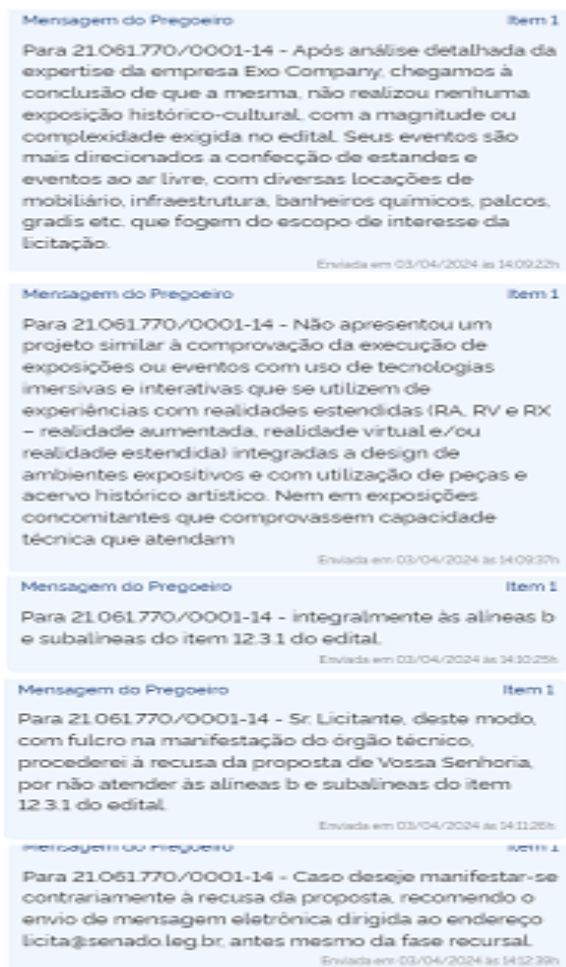
**EXO COMPANY PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.061.770/0001-14, situada à Rua Coronel Madureira, nº 40, LJ 13, Centro, CEP: 28.990-756, Saquarema/RJ, vem, por intermédio de seu representante legal que ao final assina, perante este Ilustrado Órgão, apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** contra a decisão que a inabilitou do Pregão Eletrônico n.º 90032/2024 do Senado Federal, conforme as razões de fato e de direito a seguir trazidas.

**1. DOS FATOS**

Como se sabe, o Senado Federal publicou, por intermédio de sua equipe de contratação, o edital do Pregão Eletrônico n.º 90032/2024, cujo objeto é a “*contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem, desmontagem, planejamento, uso de tecnologias imersivas, organização, execução e operacionalização para as ações expositivas em comemoração ao bicentenário do Senado Federal, bem como dos produtos e serviços correlatos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos*”.

A empresa, interessada na contratação, enviou sua proposta comercial e documentação de habilitação em estrita consonância com as disposições do instrumento convocatório. Contudo, *data máxima vênia*, na fase de habilitação, foi declarada inabilitada pelos condutores do certame, com base em um claro equívoco na análise realizada.

Como justificativa, foi informado que a EXO não teria atendido às exigências do Item 12.3.1, Alínea “B” do Edital, que dizem respeito à qualificação técnica. Senão vejamos o que restou registrado no Chat do Pregão:



Entretanto, conforme será demonstrado a seguir, a EXO não deveria ter sido declarada inabilitada no Pregão em tela, tendo em vista que reúne amplamente as condições de habilitação, principalmente no que tange à sua qualificação técnica, sob pena de afronta aos princípios basilares da Administração Pública.

Senão, vejamos.

## **2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **DA INDEVIDA INABILITAÇÃO DA EMPRESA – ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EDITAL – IMPOSSIBILIDADE DE SE EXIGIR ATESTADO IDÊNTICO – VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXACERBADO**

Inicialmente, faz-se imprescindível citar o que o edital do certame exige dos licitantes a título de demonstração da qualificação técnica, prevista no Item 12.3.1, Alínea “B” do Edital, vejamos:

“CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO  
(...)  
12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:  
(...)”

b) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de elaboração, planejamento, montagem, desmontagem, organização, execução e operacionalização de eventos/exposições nacionais e ou internacionais de grande porte, conferências ou grandes eventos com dimensão, segmento, suportes cenográficos e tecnológicos semelhantes, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

b.1) Quanto às características, considera-se similar a comprovação da execução de exposições ou eventos com uso de tecnologias imersivas e interativas que se utilizem de experiências com realidades estendidas (RA, RV e RX - realidade aumentada, realidade virtual e/ou realidade estendida) integradas a design de ambientes expositivos e com utilização de peças e acervo histórico artístico com metragem quadrada igual ou superior a 200 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), com indicação do local em que foram prestados os serviços;

b.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

b.3) Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de períodos ininterruptos;

b.4) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

b.5) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE, fotos, matérias, vídeos, projetos expográficos, catálogos ou outros meios de comprovação da execução de exposições ou eventos com uso de tecnologias imersivas e metragem quadrada igual ou superior a 100 m<sup>2</sup>, e, por fim, local em que foram prestados os serviços.”

Conforme se pode verificar do transcrito acima, o edital é extremamente claro ao determinar que as licitantes, a título de qualificação técnica, **deverão apresentar Atestado de Capacidade técnica que demonstre a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades com o objeto licitado.**

Ou seja, o edital exige a apresentação de documentos que comprovem que a empresa e seu responsável técnico já prestaram atividades **similares e de complexidades equivalente ou superior**, nos quantitativos mínimos supramencionados e requisitados em Edital.

Sendo assim, impossível não notar que este comando do edital reproduz com bastante proximidade as disposições da Lei nº. 14.133/2021 em seu art. 67, inciso II:

*“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*(...)*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;”*

Neste sentido, não há o que se falar em inabilitar a empresa por, supostamente, não ter apresentado documentação concernente ao Item 12.1.3, Alínea b.1, que comprovasse a organização de eventos com uso de tecnologias imersivas e interativas, que se utilizem de experiências com realidade estendidas (RA, RV, RX), com metragem igual ou superior a 200 m² (duzentos metros quadrados).

**Ora, em que pese a empresa não ter apresentado atestados que a comprovassem de forma idêntica, os atestados juntados pela EXO demonstram perfeitamente que a empresa já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto do referido item.**

Pois bem, com relação organização de eventos com uso de tecnologias imersivas e interativas, que se utilizem de experiências com realidade estendidas (RA, RV, RX), com metragem igual ou superior a 200 m² (duzentos metros quadrados), **a EXO demonstrou através de sua documentação ter prestado serviços de complexidade similar ou superior ao mesmo.**

Nesse sentido, a EXO, a título de qualificação técnica, apresentou a **Certidão de Acervo Técnico nº. 00A1175513**, expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/RJ, que demonstra de forma cristalina que executou a organização de uma exposição da Galeria Mestre Vitalino do Museu de Folclore Edilson Carneiro, de 13 de fevereiro de 2020 à 11 de maio de 2021, para o contratante Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Senão vejamos:

#### DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Serviços de adequação e detalhamento executivo de projeto expográfico, produção de peças gráficas, produção, construção/execução de suportes e mobiliários expositivos, pintura, iluminação, produção e coordenação de execução/montagem, manutenção e desmontagem de exposição temporária sobre a coleção de xilogravuras no acervo do Museu de Folclore Edison Carneiro, e produção de oficinas de xilogravura no âmbito da exposição, sendo realizada na Galeria Mestre Vitalino do Museu de Folclore Edison Carneiro, no período de 13 de fevereiro de 2020 a 11 de maio de 2021.

Por sua vez, a **Certidão de Acervo Técnico nº. 00117551-3**, expedida pelo CAU/RJ, que demonstra que inquestionavelmente a EXO realizou a organização de um evento imersivo “Oceano Vivo”, com a utilização de 12 (doze) projetores e equipamentos de sonorização, entre diversos outros apetrechos tecnológicos que foram utilizados, para a Luzzco Arte Cultura e Inovação LTDA. Demonstra-se:

#### DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Serviço REALIZAÇÃO DE EVENTO IMERSIVO, montagem de espaço tecnológico imersivo "OCEANO VIVO" com 452m2 voltado à integração da cultura, arte, tecnologia e inovação na cidade de João Pessoa. Realização da montagem com a utilização de doze projetores Panasonic PT-TMZ400U, todo cabeamento necessário para instalação dos utensílios, equipamentos de sonorização com equidade de decibéis em toda a extensão do espaço, isolamento acústico, três computadores com processadores intel i7 ou superior, comunicação visual dispondo de artes assinadas por artistas locais e letrados para legenda das artes, espelhos para formação da "sala de espelhos" com 26m2, mangueiras de led na cor branco quente para moldura dos espelhos e cortinas em todos os pontos de entrada de luz externa.

**Dessa forma, com base nos referidos documentos supramencionados, sua execução conjunta demonstra trabalhos pertinentes e compatíveis com o objeto em discussão, uma vez que EXO se utilizou de toda a sua experiência para prestar serviços que continham a exigência de realidade estendida.**

Ora, para fins de contextualização e exemplificação, a empresa adimpliu com suas obrigações contratuais, sendo emitida a CAT n.º 00117551-3, **após a mesma organizar evento que possuía uma substancial complexidade, sendo necessária uma vasta experiência da prestadora, visto que era necessário a utilização de diversas técnicas de áudio visual, com a utilização de 12 projetores e equipamentos de sonorização.** Expõe-se:



Assim, demonstra-se o pleno e inquestionável atendimento da empresa quanto ao referido Item 12.1.3, Alínea b.1 do Edital, de modo que não deve prosperar qualquer alegação de descumprimento às exigências editalícias por parte da EXO.

**Dito isso, para que não haja quaisquer dúvidas acerca da compatibilidade dos serviços em comento, importa destacarmos que os serviços concernentes às CATS n.º 00A1175513 e n.º 00117551-3, expedidas pelo CAU/RJ são, incontestavelmente, pertinentes e compatíveis com os serviços de organização de eventos com uso de tecnologias imersivas e interativas, que se utilizem de experiências com realidade estendidas (RA, RV, RX), com metragem igual ou superior a 200 m² (duzentos metros quadrados).**

Diante do exposto, como é possível afirmar que a empresa não tem capacidade técnica para prestar o objeto ora licitado, se esta comprova claramente já ter executado serviços praticamente idênticos aos requeridos pelo edital? Com a devida *venia*, não há como se fazer tal afirmação, devendo ser reconhecida a plena capacidade técnica da EXO para execução de tal serviço.

**Portanto, como se pode ver, a empresa apresentou documentos que comprovam que esta prestou serviços pertinentes e compatíveis, similares e de complexidades equivalente ou superior aos que são exigidos pelo instrumento convocatório. Neste sentido, jamais poderia ter sido declarada inabilitada do presente procedimento licitatório por tal motivo.**

Ora, como bem foi disposto acima, a Lei das Licitações e o edital definem que, para a qualificação técnica das empresas licitantes, basta a apresentação de **atestados de capacidade técnica que comprovem o desempenho de atividades similares e de complexidades equivalente ou superior com o objeto da licitação.**

Nos exatos termos da Lei nº 14.133/2021, o que se pretende é a comprovação da qualificação técnica através da comprovação de prestação de serviços anteriores ou atuais similares ao objeto licitado, **E NÃO IDENTICOS**.

Assim, no que tange a organização de eventos com uso de tecnologias imersivas e interativas, que se utilizem de experiências com realidade estendidas (RA, RV, RX), com metragem igual ou superior a 200 m² (duzentos metros quadrados), exigido no instrumento convocatório em seu Item 12.1.3, Alínea b.1, a licitante tão somente deveria comprovar sua experiência na prestação de serviços compatíveis com o objeto deste certame.

Neste sentido e a lição do douto Carlos Ari Sundfeld:

*“A capacitação técnico-operacional será verificada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas e devidamente registrados na entidade profissional competente (art. 30, § 1º). **NÃO SE EXIGE QUE TAIS ATESTADOS SE REFIRAM A OBJETO IDENTICO. BASTA AS OBRAS OU SERVIÇOS SEREM SIMILARES [...]**”*

(SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros Editores, pag. 126).

Imperioso no azo, trazer, outrossim, à colação a lição do douto Jessé Torres Pereira Júnior, que corrobora com as razões aqui expostas, senão vejamos:

*“Comprova-se a aptidão do habilitante comparando-se o objeto da licitação com as atividades por ele anteriormente exercidas, quanto a características, quantidades e prazos. **HAVENDO COMPATIBILIDADE - SINÔNIMO, AI, DE AFINIDADE - ENTRE AS ATIVIDADES E O OBJETO, ESTARÁ ATENDIDA PARTE SUBSTANCIAL DA PROVA DE APTIDÃO**, que se completará com a indicação das instalações e do aparelhamento necessário à execução do objeto, bem como da qualificação do pessoal técnico.”*

(PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, p. 195)

Imprescindível colacionar decisão do Tribunal de Contas da União que **PACIFICOU SEU ENTENDIMENTO QUANTO À MATÉRIA**, servindo de supedâneo à tese exposta:

**Acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU:**

*A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade***

*técnico-profissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.*

Vale observar que esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado no Acórdão 655/2016 do Plenário:

*9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...)*

**9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário)**

**Assim, a licitante deve demonstrar apenas que está apta a “executar serviços com o mesmo grau de complexidade”, sob pena de se exigir ilegalmente comprovação de capacidade técnica idêntica.**

Veja-se, ademais, que a determinação contida no Acórdão acima transcrito deve ser seguida ***em todos os seus termos em todos os procedimentos relativos a licitações***, mormente a redação de sua Súmula n.º 222.

*Súmula n.º 222 - As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

**Nessa perspectiva, não há como se exigir das empresas a apresentação de atestados idênticos ao objeto da licitação, comprovando a experiência com a prestação de serviços nos exatos termos dispostos no objeto licitado.**

Portanto, ao contrário do que restou consignado na decisão que inabilitou a EXO, **é cristalino que a empresa consegue comprovar, com muitas sobras, toda a sua qualificação técnica, inclusive no que diz respeito aos itens que geraram a sua inabilitação.**

Neste sentido, *data maxima venia*, a decisão que inabilitou a EXO do presente certame é frontalmente contra o Princípio da Legalidade, posto que deixa de observar a disposição contida no art. 67, inciso II da Lei nº. 14.133/2021. Ora, **se a legislação exige que sejam apresentados atestados meramente *compatíveis* com o objeto licitado, não há como inabilitar a empresa por não ter apresentado atestados idênticos.**

Tal princípio, é bom se frisar, deve ser respeitado por força do que dispõe a Lei nº. 14.133/2021 e a Constituição Federal. Senão, vejamos:



**Lei nº. 14.133/2021:**

*“Art. 5º **Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”*

**Constituição Federal:**

*“Art. 37. **A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**”*

Destaque-se que, para a Administração Pública, **o princípio da legalidade não é a mera observância à legislação, mas sim uma verdadeira submissão aos ditames legais.** É o que ensina Odete Medauar:

*“**Para a Administração, o princípio da legalidade traduzia-se em submissão à lei.** No conjunto dos poderes do Estado traduzia a relação entre poder legislativo e poder executivo, com a supremacia do primeiro; no âmbito das atuações exprimia a relação entre lei e ato administrativo, com a supremacia da primeira”*

(MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992; grifamos)

**Assim, no presente caso, deve a Administração cumprir com o que é disposto expressamente na legislação vigente (especialmente, na Lei nº. 14.133/2021), conforme sobejamente demonstrado, posto que, fazendo em contrário, estará incorrendo em descumprimento ao que determina o princípio constitucionalmente protegido da legalidade administrativa.**

Portanto, inabilitar a EXO por esse motivo nada mais é do que formalismo exacerbado da Administração. Nesse sentido, citam-se as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

**STF:**

*“Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da*

*Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (DJU de 13.10.2000)”*

**STJ:**

*“DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO EDITAL - INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO - POSSIBILIDADE - CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM - DEFERIMENTO.*

*[...]*

*O FORMALISMO NO PROCEDIMENTO LICITATORIO NÃO SIGNIFICA QUE SE POSSA DESCLASSIFICAR PROPOSTAS EIVADAS DE SIMPLES OMISSÕES OU DEFEITOS IRRELEVANTES.”*

(STJ, MS 5418/DF, Relator(a): Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Primeira Seção – S1, DJ 01/06/1998)

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ vem entendendo ser excesso de formalismo a inabilitação de licitante, desde que comprovada a intenção da empresa, visando assim privilegiar as propostas mais vantajosas para a Administração. Vejamos:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.*

*1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.*

*2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.*

*3. Segurança concedida.”*

(MS nº 5.869-DF, Rel. Ministra Laurita Vaz, Primeira Seção, julgado em 11.09.2002, DJ 07.10.2002, p. 163)

*“ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - BALANÇO PATRIMONIAL COM ASSINATURA DE CONTABILISTA E RATIFICADO POR SÓCIO-GERENTE - EFICÁCIA -*

*ELIMINAÇÃO DE LICITANTE - IRREGULARIDADE - SEGURANÇA DEFERIDA. - NÃO É LICITO NEGAR-SE EFICÁCIA A BALANÇO ELABORADO POR PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE E RATIFICADO PELO SÓCIO GERENTE DA EMPRESA LICITANTE.”*

(MS nº 5.623-DF, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Seção, julgado em 29.05.1998, DJ 29.06.1998, p. 5)

***“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA.***

*1. É excessiva a exigência feita pela administração pública de que, em procedimento licitatório, o balanço da empresa seja assinado pelo sócio-dirigente, quando a sua existência, validade e eficácia não foram desconstituídas, haja vista estar autenticado pelo contador e rubricado pelo referido sócio.*

*2. Há violação ao princípio da estrita vinculação ao Edital, quando a administração cria nova exigência editalícia sem a observância do prescrito no § 4º, art. 21, da Lei nº 8.666/93.*

*3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.*

*4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial.*

*5. Segurança concedida.”*

(MS nº 5.631-DF, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, julgado em 13.05.1998, DJ 17.08.1998, p. 7)

Assim, como se verifica do entendimento dos Tribunais Pátrios, **as propostas devem ser julgadas sempre buscando atender ao interesse público, deixando de lado a observância de formalismos que venham a mitigá-lo. Portanto, inabilitar uma empresa por um mero formalismo e equívoco na análise dos documentos de habilitação por parte da Administração vai contra o interesse público.**

Inclusive, a própria Nova Lei de Licitações (Lei nº. 14.133/21) é expressa ao prever, no inciso III, do seu artigo 12, que **o desatendimento de exigências meramente formais, que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo:**

*Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*

*(...)*

*III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.*

Por estes motivos, deve ser integralmente reformada a decisão proferida por este Douto Pregoeiro que declarou a EXO como inabilitada do certame ora sob discussão.

Ora, não se pode olvidar que o escopo do procedimento licitatório é a busca da proposta mais vantajosa para a administração, que constitui um de seus princípios, *ipso facto*, não se antolha cabível desclassificar uma proposta totalmente compatível com as normas vigentes, em detrimento de um juízo razoável, sob pena de violar os princípios basilares da Licitação.

**Nesse contexto, faz-se imprescindível destacar que a proposta apresentada pela EXO foi de longe a mais vantajosa para o SENADO FEDERAL, que indiscutivelmente é o fim precípua de todo procedimento licitatório, tendo enviado seu lance final com uma diferença de R\$ 373.526,00 (trezentos e setenta e três mil quinhentos e vinte e seis reais) para o segundo colocado.**

Observe-se que, caso o ato que inabilitou a EXO venha a ser mantido, excluindo-se empresa que apresentou seus documentos de habilitação em estrita consonância com as disposições do ato convocatório, **os cofres públicos sofrerão um prejuízo de QUASE QUATROCENTOS MIL REAIS, contratando-se uma proposta claramente mais cara sem qualquer necessidade!**

**Ou seja, a inabilitação da recorrente ocasionará graves prejuízos à vantajosidade do presente certame, uma vez que será excluída de forma indevida a proposta com o menor preço ofertado. Sobre o assunto, é impossível não destacarmos o que é disposto na Nova Lei de Licitações (Art. 5º da Lei nº. 14.133/2021):**

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”*

Nesse sentido ensina Carlos Pinto Coelho Motta:

*“Como é sabido e exaustivamente reiterado na legislação, o princípio constitucional da economicidade é a própria razão de ser do instituto da licitação, figurando com destaque no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e exigindo que o procedimento represente vantagem concreta da Administração na contratação do bem ou serviço. Destarte, o processo competitivo não tem validade intrínseca, constituindo apenas um instrumento de melhoria do gasto público. Quando, por qualquer motivo, deixa de ser vantajoso para o órgão ou entidade licitadora, perde seu*

*núcleo instrumental e torna-se ineficaz. Cumpre, então, eliminar todo elemento que não favoreça o epílogo necessário do certame – ou seja, a contratação do objeto exato pelo melhor preço.”*

(MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Apontamentos ao regulamento licitatório das microempresas e empresas de pequeno porte – Decreto nº. 6.204/2007. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC. ed. 166. Brasília. Zênite. Dez/2007, pág 1179; grifamos)

Por sua vez, Joel de Menezes Niebuhr arremata:

*“[...] a licitação pública deve ser, além de garantidora da isonomia, instrumento para que a Administração selecione o melhor contratante, que lhe apresente proposta realmente vantajosa, quer quanto ao preço (economicidade), quer quanto à qualidade.”*

(NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão Presencial e Eletrônico. 8 ed., rev., ampl. e atual., Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 35)

Neste diapasão, cumpre que seja dado provimento ao presente pleito, a fim de que seja a **EXO COMPANY PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP** declarada habilitada no Pregão Eletrônico nº. 90032/2024 do Senado Federal, **em razão de a empresa ter cumprido o instrumento convocatório e apresentado atestados de capacidade técnica e CATs que demonstram de forma clara que a empresa executou e organizou eventos em características compatíveis e de similaridade pertinente com o objeto da presente contratação, inclusive no que diz respeito ao Item 12.1.3, Alínea b.1 do Edital.**

### **3. DO PEDIDO**

*Ex positis*, requer que V. Sa. dê provimento ao presente pleito, a fim de que possa modificar a decisão combatida, habilitando a empresa **EXO COMPANY PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP**, com o regular prosseguimento do Pregão Eletrônico nº. 90032/2024 do Senado Federal, com a plena participação desta empresa.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Saquarema, 05 de abril de 2024.

---

**EXO COMPANY PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP**  
REPRESENTANTE LEGAL